



CARREGAL DO SAL

**ATA NÚMERO OITO (2017-2021) DA SESSÃO
ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
CARREGAL DO SAL, REALIZADA EM 21 DE
SETEMBRO DO ANO DE 2018.**

—Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Carregal do Sal, nesta Vila de Carregal do Sal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, sob a presidência de Carlos Jorge Morgado Gomes, secretariado, respetivamente, pela Primeira Secretária Ana Isabel Abrantes Ribeiro e pela Segunda Secretária Isabel Clara Amaral Teixeira.—

**—VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE QUÓRUM. ABERTURA DA SESSÃO.
REGISTO DAS PRESENÇAS E DAS AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL.**

—Verificada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Morgado Gomes, após cumprimentos, declarou aberta a sessão, eram precisamente vinte horas e quinze minutos.

—Foram registadas as faltas, justificadas, dos membros da Assembleia Municipal, Carlos Alexandre Pais Baptista, António Marques da Costa Pinto, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Francisco Azevedo Silva, Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes e José Manuel Lopes Flório, tendo sido substituídos, nesta sessão, pelos membros Andreia Sofia Coelho Marques, Sónia Marisa Freitas Nascimento, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, José de Figueiredo Castanheira, Cilene Gomes Lindinho e Alípio Simões Lopes. O Presidente da Assembleia Municipal desejou boas vindas ao Alípio Simões Lopes, por ser a primeira vez que participava numa sessão deste órgão deliberativo.

—REGISTO DAS PRESENÇAS E AUSÊNCIAS DO EXECUTIVO CAMARÁRIO.



— Foram registadas as presenças do Presidente da Câmara Municipal, Rogério Mota Abrantes, do Vice-presidente da Câmara, José Sousa Batista e dos Vereadores António Óscar de Almeida e Paiva, Toni Serge Costa Ribeiro e Ana Cristina Silva Sousa Borges. —

— **INÍCIO DOS TRABALHOS. ESCLARECIMENTOS.** —

— O Presidente da Assembleia Municipal informou que o expediente rececionado e expedido, encontrava-se arquivado em pasta, disponível para consulta e também tinha servido de base à ordem do dia a seguir transcrita, prévia e legalmente distribuída por todos os membros: —

— **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA** —

— 1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. —

— **ORDEM DO DIA** —

— **2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA** —

— APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. —

— **3. MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO** —

— 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE 2018. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —

— **4. COMPROMISSOS PLURIANUAIS** —

— EMPREITADA DE RESTRUTURAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE CARREGAL DO SAL – SUBSISTEMA DE CURRELOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —

— **5. MAPA DE PESSOAL** —

— 3.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2018. ANÁLISE E



DELIBERAÇÃO. _____

_____ **6. SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS** _____

_____ ADENDA AOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS CELEBRADOS ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO
LAFÕES E OS MUNICÍPIOS SEUS ASSOCIADOS, NO ÂMBITO DO RJSPTP – MUNICÍPIO
DE CARREGAL DO SAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ **7. TARIFÁRIOS DE ÁGUAS RESIDUAIS** _____

_____ PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE O TARIFÁRIO 2019 – ÁGUAS
RESIDUAIS. APRECIÇÃO E CONTRIBUTOS. _____

_____ **8. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** _____

_____ ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. _____

_____ De seguida foram tratados os assuntos abaixo descritos e tomadas as
seguintes deliberações: _____

_____ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA** _____

_____ 1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. _____

_____ **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA NO DIA OITO DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZOITO.** _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que o
projeto de ata da sessão extraordinária realizada no dia oito de junho do corrente ano
tinha recebido contributos, que depois de incluídos foi, de novo, enviado a todos os
membros do plenário, pelo que no seu entendimento poder-se-ia colocar em votação.

_____ Colocada em votação, a ata da sessão extraordinária realizada no dia oito de
junho de dois mil e dezoito foi aprovada por maioria, com quatro abstenções dos
membros Diego Enrique Rodrigues Garcia, Cilene Gomes Lindinho, Sónia Maria Freitas
Nascimento e Alípio Simões Lopes. Na votação surgiram dúvidas sobre se os membros

que não participaram na sessão deveriam ou não votar a respetiva ata. _____

_____ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Após a apresentação de cumprimentos, referiu que a sua intervenção tinha a ver com as dúvidas que se tinham suscitado sobre a obrigatoriedade ou não de votação por parte dos membros que não participaram na sessão a que a ata diz respeito. Disse que essa obrigatoriedade existe, resultava de imperativo legal, pelo que todos os membros no exercício pleno das suas funções devem exercer o seu voto, têm a obrigação de votar, sob pena, inclusive, de não receberem as senhas de presença. Contudo, pediu ao Presidente da Assembleia Municipal a clarificação deste assunto, face às disposições do Código do Procedimento Administrativo, sobre se existe ou não a obrigatoriedade de voto por parte dos membros que não estiveram presentes em determinada sessão. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para afirmar que admitia existirem formação e informações complementares sobre o assunto, mas, para já, seria seguida a prática que tem vindo a ser adotada por este órgão deliberativo, no sentido de todos poderem manifestar o seu sentido de voto. Pediu para que, caso tal fosse possível, o membro ou membros da Assembleia Municipal com mais conhecimentos sobre o assunto, fizessem chegar à Mesa essa formação/informação sobre a obrigatoriedade ou não de votação das atas, por quem não esteve presente na sessão respetiva. _____

_____ **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZOITO.** _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que o projeto de ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e nove de junho do corrente ano tinha recebido contributos, que depois de incluídos foi, de novo, enviado a todos os membros do plenário, pelo que no seu entendimento poder-se-ia colocar em votação.

_____ Colocada em votação, a ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e nove



junho de dois mil e dezoito foi aprovada por maioria com seis abstenções dos membros Diego Enrique Rodrigues Garcia, Cilene Gomes Lindinho, Carina Isabel Pereira Pessoa, Alípio Simões Lopes, Casimiro Alves Martins Loureiro e José Figueiredo Castanheira. —

—————**INFORMAÇÕES DIVERSAS.**—————

—————O Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu a sua intervenção, reafirmando que a correspondência recebida e expedida se encontrava arquivada em pastas próprias e poderia ser consultada, sempre que os membros da Assembleia Municipal o desejarem. —————

—————Da correspondência rececionada, o Presidente da Assembleia Municipal destacou o comunicado que tinha sido recebido da FENFROF – Federação Nacional dos Professores referente à lei das transferências de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais e vários documentos emanados do Grupo Parlamentar da Assembleia da República Os Verdes. —————

————— Deu a conhecer as suas participações e da Mesa em reuniões e eventos, destacando: a sua presença em jantares nas Festas do Concelho e nas cerimónias do Feriado Municipal; aniversário da Associação e Tomada de Posse do Adjunto dos Bombeiros Voluntários de Cabanas de Viriato; cerimónia de Abertura do Novo Ano Letivo e Distinção dos Melhores Alunos; apresentação da equipa de futebol do Clube de Futebol de Carregal do Sal; e apresentação do livro da Dr.^a Piedade Alves. Informou que não tinha sido possível à Assembleia Municipal estar presente no almoço-convívio organizado pela Associação de Póvoa da Pegada. —————

—————Referiu-se à ordem do dia da sessão, solicitando aos membros da Assembleia Municipal a necessária contenção no uso da palavra aquando das intervenções, de forma a conseguir a celeridade e o bom andamento da sessão. —————

—————**USO DA PALAVRA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NO**

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. _____

_____O Presidente da Assembleia Municipal disse estar aberto este período, aceitando inscrições. Inscreveram-se para usar da palavra os membros da Assembleia Municipal a seguir identificados: _____

_____ *Manuel António Tavares Santos* – Após a apresentação de cumprimentos, iniciou a sua intervenção, referindo que a bancada do Partido Social Democrata tem vindo a colocar, desde a sua tomada de posse, nomeadamente na última sessão desta Assembleia Municipal, diversas questões sobre as quais não tem obtido informação. Referiu-se, especificamente, à reconstrução das casas ardidas nos incêndios de outubro do ano findo, salientando que em junho a Câmara Municipal tinha dito que a responsabilidade tinha passado para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, mas a verdade é que desde junho que a bancada do Partido Social Democrata não tinha qualquer informação sobre o assunto, não sabendo, exatamente o que é que essa entidade já tinha feito e o que estava a fazer. Disse que, de acordo com o que tinha sido recentemente veiculado na comunicação social, ao ser referido o município de Pedrógão, as notícias não eram muito abonatórias no que dizia respeito às verbas alocadas à recuperação das casas ardidas, pelo que a forma como tinham sido afetadas as verbas não era bem vista pelas populações. Afirmou não pretender fazer qualquer tipo de comparação, mas já tinha passado um ano sobre o trágico acontecimento e pouca informação tinham sobre o andamento das obras de recuperação das casas ardidas. Evidenciou, ainda, que no âmbito da realização das faixas de contenção, existiam estradas e caminhos municipais não intervencionados em que as árvores ardidas, existentes ao longo das mesmas, ainda não foram cortadas e estando a chegar a época das chuvas, o mais provável é que essas árvores venham a cair e venham a causar prejuízos em quem nelas circulam. Alertou, também, que numa



mancha verde, das poucas que restam no Concelho, entre Cabanas de Viriato e Laceiras, foram cortadas árvores de grande porte e com importância no local, sendo que o que no imediato era importante fazer não foi feito e que tinha a ver com o abate das árvores queimadas ao longo das estradas e caminhos municipais. Prosseguiu a sua intervenção, referindo que era do conhecimento da bancada do Partido Social Democrata, por constar da ordem do dia de uma reunião da Câmara Municipal, que o Executivo Camarário tinha deliberado assumir os encargos da Jurista, trabalhadora da autarquia, devidos pela quota para a Ordem dos Advogados e contribuições para a Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, questionando se a Câmara Municipal, de igual modo, também vai pagar as quotas da Ordem dos Engenheiros dos respetivos trabalhadores, na perspetiva de trabalho igual, benefícios iguais. _____

_____ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para informar que, em termos de intervenção, tinha alterado a sua conduta de modo a evitar eventuais melindres de membros da Assembleia Municipal sobre a forma como intervém. Dirigindo-se à Câmara Municipal, referiu que tinha ido constatar *in loco*, como já tinha feito no passado, o que acontece nas feiras dos Carvalhais, no que diz respeito às condições de trabalho dos trabalhadores da Câmara Municipal que ali prestam serviço, que no seu entendimento são, nos termos em que é prestado, um atropelo completo e violento à mais elementar condição de humanização e respeito pelo homem. Isto, porque os trabalhadores iniciam funções às seis horas da manhã e quando está a chover e ou existem temperaturas adversas, no cumprimento rigoroso da sua missão, estão ali, com os chapéus de chuva para fiscalizarem e ordenarem a realização da feira. Questionou se não era chegada a hora de, pelo menos, fazer um coberto, tipo paragem de autocarro, ou pelo menos executar um local onde se possam abrigar, à semelhança do existente em Carregal do Sal. Relativamente à comunicação da FENFROF e à Lei

número cinquenta barra dois mil e dezoito, afirmou que a lei das transferências é uma lei redonda, dando para tudo e não dando para nada. Assim, pretendeu alertar para várias situações, mencionando, desde logo, que não sabia se a negociação tinha sido bem conduzida e chegado a bom porto pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, mas o que se sabia era o que estava escrito na Lei das Transferências. Trata-se de uma descentralização ou pseudodescentralização de competências nos municípios e nas comunidades intermunicipais e estava-se a aguardar pelos Decretos Regulamentares. Tomou como exemplo o município de Carregal do Sal, da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, Sernancelhe e Penela de outras comunidades intermunicipais, para alertar e colocar a questão de se saber se com a assunção das respetivas responsabilidades, cujo envelope financeiro não está garantido na sua totalidade, tal facto não pode levar à paralisação desses municípios. A Lei de Transferências enuncia possibilidades de transferência na Saúde, na Justiça, na Educação e na Ação Social, entre outros setores. Disse pretender deixar um alerta, sem qualquer crítica à conduta da Câmara Municipal de Carregal do Sal, no sentido de que se corre o risco do município ficar paralisado financeiramente e sem qualquer margem de manobra com a assunção deste tipo de responsabilidades. Exemplificou, a propósito, que a Administração Central tem feito um brilharete ao cumprir as metas, mas que tal situação tem sido garantida à custa da cativação sistemática de verbas que se destinam aos mais diversos serviços, desde a área da Justiça à Saúde. Exemplificou, para ilustrar o que estava a dizer, o exemplo da existência de um ascensor localizado num serviço, que não está a funcionar há cerca de dois anos e meio, porque são necessários dez mil euros e a Administração Central não disponibilizou essa verba para financiar a reparação. Disse ser um exemplo simples do que as autarquias locais podem vir a ter de assumir. Afirmou que não via como é que as autarquias do Interior, de forma isolada,



poderiam fazer face à lei redonda da transferência de competências sem serem conhecidos e ou garantidos os envelopes financeiros. Mudando de assunto e na qualidade de membro da Oposição, disse estranhar que no mês de setembro do corrente ano, tenha sido feito a entrega do Relatório do Estatuto da Oposição, referente ao de dois mil e dezassete, que foi assinado em março. Além de que, no seu entendimento, o mesmo teria de ter o contributo de todos os partidos da Oposição e do Poder. Todavia e na presença do documento, disse que discordava em absoluto das conclusões do mesmo. O Estatuto da Oposição não tem sido cumprido, mormente nos prazos de resposta em tempo útil. Dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal e ao compromisso de que as atas seriam redigidas de forma mais célere, pediu para que os projetos das mesmas fossem disponibilizados no máximo de três semanas, pois se assim não for obriga a um esforço acrescido no concernente ao fornecimento de contributos dos membros desta Assembleia Municipal e à audição áudio quando existem dúvidas, nomeadamente quando as atas chegam à posse dos mesmos de forma incompleta. O prazo de quinze dias, três semanas, seria o ideal para o fim em causa. —————

—————*Presidente da Assembleia Municipal* — Antes de dar a palavra ao membro seguinte da Assembleia Municipal, o Presidente da Assembleia Municipal informou que relativamente à Lei número cinquenta barra dois mil e dezoito, tinham sido rececionados ofícios e diretivas emanados do Ministério da Administração Interna e da Associação Nacional de Municípios Portugueses, versando o tema das transferências, tendo procedido à sua leitura, em que é evidenciado que a adesão dos municípios às novas competências terá de aguardar pela publicação dos Decretos-Lei Sectoriais, sem os quais não poderá haver deliberações dos órgãos dos municípios e das entidades intermunicipais. Afirmou e reconhecia que o Estatuto da Oposição tinha sido entregue



tardiamente. Quanto às atas, recordou que a Assembleia Municipal recebia o apoio dos serviços da Câmara Municipal, que também estavam sobrecarregados de serviço e o que poderia prometer era de que iria tentar-se enviar o mais cedo possível os projetos de ata para receber contributos e que, na falta de memória, a mesma poderia e deveria ser suprida com a audição da gravação.—————

—————*Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos* – Após a apresentação de cumprimentos, usou da palavra para abordar o preço da água, já que o senhor Presidente da Câmara tinha informado de que numa primeira fase iria haver uma “redução substancial” no preço da água do abastecimento público a partir do dia um de julho e questionar sobre o resultado das reuniões entretanto realizadas, de que o Presidente da Câmara tinha dado informação sobre a data da sua realização de dezassete de julho. Afirmou que quando analisou a sua fatura da água não tinha notado qualquer diferença, mas que numa atenção mais cuidada verificou ter havido benefício no primeiro escalão, redução de cinco cêntimos/metro cúbico. No entanto, o escalão dois tinha sido aumentado e quanto aos escalões seguintes não tinha feito qualquer análise. Questionou, assim, a Câmara Municipal se havia novidades resultantes da última reunião havida. Sobre a fatura quis saber qual a razão da mesma não ser feita mensalmente, parecendo-lhe que a forma atual era penalizadora dos utentes, referindo que para dar a contagem dos consumos de água e outros dados era difícil entrar em contacto com a empresa Águas do Planalto. Mudando de assunto, afirmou que na última sessão da Assembleia Municipal, a propósito dos apoios às associações do Concelho, a Câmara Municipal tinha dito que não era financiadora nem patrocinadora da associação Contracanto, sendo que o apoio se traduzia essencialmente na cedência das instalações, de alguns meios técnicos e humanos e atribuição de subsídios pontuais, para fazer face a despesas extras com a contratação de profissionais, no



CARREGAL DO SAL

Livro 13

Fl. 63

âmbito dos musicais. Referiu que a Contracanto não é uma associação do Concelho, nas suas intervenções nunca se referiu ao concelho de Carregal do Sal e que de acordo com os documentos entregues, o apoio dado foi de doze mil, oitocentos e dezassete euros, não estando contabilizados os montantes a título de cedência dos espaços e de disponibilização de recursos humanos, questionando sobre quanto representa este apoio, ao que acresce ainda o apoio pontual de dois mil euros, pelo que não seria totalmente verdade o que o Presidente e o Vice-Presidente da Câmara tinham afirmado quando se referiram a apoios pontuais. Disse que se as associações do Concelho tivessem mais apoios, exemplificando o caso do NACO – Núcleo Juvenil de Animação Cultural de Oliveirinha – estas também poderiam crescer mais e fazer mais. Relativamente ainda aos apoios e ao edital tornado público, no âmbito do cumprimento das disposições da Lei número sessenta e quatro barra dois mil e treze, de vinte e sete de agosto, afirmou que nem todas as associações estão referidas na respetiva listagem, além de que só constam os apoios financeiros. Disse que de acordo com essa lei, a que teve acesso, os outros tipos de apoio também deveriam constar. _____

_____ *António Manuel Lopes Batista* – Após a apresentação de cumprimentos, usou da palavra para abordar uma questão referente aos resíduos sólidos urbanos e a sua valorização e outra referente ao campo polidesportivo existente no Parque Alzira Cláudio. Relativamente aos resíduos sólidos urbanos e à sua valorização, referiu que o que iria dizer correspondia a um problema que existia por todo o Concelho e que tinha a ver com a falta da recolha seletiva por parte de quem efetivamente a pretendia fazer. Existiram e existem formação, informação, orientações apostas nos próprios contentores dos resíduos sólidos urbanos, apelando à reciclagem e valorização, a par do pagamento de uma taxa como medida travão de consumos de resíduos sólidos urbanos, taxa essa que no seu entendimento não lhe parecia a forma mais correta e

justa pois a mesma está em função do consumo de água e não da produção de lixo. Mas a verdade é quem pretende colocar e valorizar os resíduos, encontra sistematicamente os contentores superlotados e por vezes com resíduos não valorizáveis, inexistindo uma política de recolha frequente, sugerindo, inclusive, que nos mesmos pudesse existir um identificador que sinalizasse quando os mesmos estivessem cheios. Disse que os ecopontos existentes estão ultrapassados e obsoletos, questionando a Câmara Municipal sobre se o número existente é suficiente, se não havia uma possibilidade de fazer a modernização dos mesmos, bem como uma outra gestão e distribuição. As condições de valorização dos resíduos não são as melhores e apesar de ser competência da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, pediu para que a Câmara Municipal reforçasse este assunto. Quanto ao campo polidesportivo do Parque Alzira Cláudio afirmou que no seu entender existe falta de regulamentação para a sua utilização, o que por vezes gera descontentamento e ofensas verbais entre os utentes e trabalhadores e trabalho acrescido e nada facilitado para os trabalhadores adstritos ao serviço, como o que foi verificado no Verão, dando o exemplo de tira a rede, coloca a rede no campo de jogos, para além da espera indeterminável de quem pretende optar por modalidade diferente.

—————*Diego Enrique Rodrigues Garcia* — Após a apresentação de cumprimentos, usou da palavra para referir que o Bloco de Esquerda pretendia clarificar alguns assuntos discutidos na sessão anterior da Assembleia Municipal, referentes à moção “Por uma autarquia livre de glifosato”, que tinha sido chumbada por esta Assembleia Municipal. Disse que o Bloco estava disponível para ter discussões sérias sobre as preocupações dos munícipes, sem desvirtualizações nem desvios sobre os temas e as suas verdadeiras resoluções, como por exemplo as situações referidas na última sessão da Assembleia Municipal de comparar o glifosato com a problemática do tabaco ou do



bacon e da linguiça, estes exemplos são prejudiciais para o ser humano, exclusivamente para quem os consome, o mesmo não acontece com o glifosato que é prejudicial para o ser humano que é quem o aplica e para o envolvente seja ele animais, flora ou cursos de água. Afirmou que dentro da disponibilidade demonstrada já tinha apresentado alternativas específicas, quer na Assembleia Municipal, quer no anterior mandato através de um membro da lista do Bloco candidata à Assembleia Municipal, como foi a monda térmica, onde um dos argumentos da não aquisição foi o elevado valor, aceitando-se esse argumento e compreendendo-o face à grande despesa orçamental que a autarquia vai ter com as ETAR. Pretendia-se com a proposta garantir o único compromisso que tudo seria feito para reduzir faseadamente a aplicação de herbicida no Concelho. Prosseguiu, mencionando que em relação ao votar em separado os pontos da moção, o Bloco considerava que iria ser incoerente e puro fogo de artifício sem as mínimas implicações práticas, aprovar que a autarquia mostrava preocupação com os efeitos do glifosato mas chumbar a tentativa de procura de alternativas. Havia disponibilidade para discutir abertamente os efeitos, as alternativas e os exemplos de abolição, destacando os casos de São Pedro do Sul e de Penalva do Castelo. Mudando de assunto, questionou se as cantinas escolares da Escola Secundária e Escola Básica, as únicas cantinas escolares do Concelho que ainda seriam da gestão da autarquia, iriam ser concessionadas a uma entidade privada. Se tal fosse verdade, o Bloco opunha-se, porquanto a política de concessão dos refeitórios escolares à iniciativa privada tem-se revelado desastrosa, não só na redução da qualidade da alimentação fornecida, como a falta de controlo sobre a quantidade e a qualidade dos alimentos, além que a maioria destas empresas não procura os produtos no comércio local como até então era feito. Prosseguiu a sua intervenção, perguntando à Câmara Municipal se iria fazer a contratação de uma arquiteta, no regime de prestação de serviços. Se tal fosse verdade,

o Bloco de Esquerda entendia haver uma incoerência da Câmara Municipal, face à regularização dos precários recentemente ocorrida. _____

_____ Concluiu a sua intervenção, apresentando uma proposta subordinada ao assunto: _____

_____ “Voto de Congratulação _____

_____ Pela primeira marcha (LGBTI+) (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgénero, Intersexuais) a realizar no dia 7 de Outubro de 2018 em Viseu. _____

_____ A responsabilidade do evento e da sua organização a realizar dia 7 de outubro, está a cargo do Movimento Já Marchavas de Viseu. _____

_____ Evento este, vem na sequência do debate Já Marchavas realizado no Desobedoc 2018 no cinema Ícaro em Viseu que contou com vários coletivos e associações, tendo em 2005 já havido concentrações contra os ataques de homofobia que aconteciam em Viseu que visou combater agressões aos homossexuais. _____

_____ No âmbito dos eventos referenciados acima, e outros já realizados em outras cidades de Portugal, o Movimento Já Marchavas de Viseu, pretende com este evento, sensibilizar a comunidade e sociedade da região de Viseu, com o objetivo de romper alguns preconceitos ainda existentes. _____

_____ Este evento tem também o objetivo de passar a mensagem à comunidade, relativamente à criação de um espaço seguro, onde as pessoas não têm medo de ser quem são e assim para que juntos se possa construir uma maior igualdade e sem discriminação na região. _____

_____ Mostrar também que apesar de ser uma cidade pequena do interior do País, está também a movimentar-se, assim como outras cidades, para que haja uma maior compreensão e igualdade relativamente à comunidade LGBTI+. _____

_____ Assim, a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, reunida em Sessão Ordinária



CARREGAL DO SAL

Livro 13

Fl. 65

dia 21 de setembro de 2018, congratula-se com a realização da 1ª Marcha LGBTI+ na cidade de Viseu.”

———*Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Após a apresentação de cumprimentos, referiu que iria, na sua intervenção, tentar abordar duas ou três questões importantes. A primeira, referente ao pacote da descentralização de competências, agradecendo, desde logo, ao senhor Presidente da Assembleia Municipal por ter dado a conhecer o conteúdo do relatório recebido e afirmar que não aceitava o que a bancada do Partido Social Democrata tinha exposto, porquanto tratava-se de uma proposta que tinha sido discutida e aprovada na Assembleia da República, com os votos favoráveis do Partido Socialista e do Partido Social Democrata. Sendo um assunto que ainda estava em discussão, não compreendia muito bem o alarido existente, sendo, no entanto, o Partido Social Democrata perito neste tipo de propaganda, recordando que o mesmo já tinha acontecido aquando da nomeação da nova Procuradora-Geral da República. Ainda os assuntos não estão discutidos e já o Partido Social Democrata apregoa que se tal for para a frente vai paralisar os serviços. Disse que, neste tipo de situações, deve haver bom senso e coerência política para assumir a verdade dos factos. O processo está no seu início e vai ser, município a município, analisado e verificado o que melhor interessa aos interesses locais e dos munícipes, estando a Câmara Municipal de Carregal do Sal à altura de garantir esses propósitos. Disse que o Partido Socialista confiava no Executivo Camarário, pois este vai saber defender os interesses do Concelho. A segunda, relativamente à política de atribuição de subsídios, mencionou que não compreendia a fixação da bancada do Partido Social Democrata em relação aos apoios, nomeadamente aos apoios prestados à associação Contracanto, pois no seu entendimento e também da bancada do Partido Socialista, esta coletividade apesar de não estar sediada no Concelho, tem dignificado o papel



cultural do Concelho de Carregal do Sal, nomeadamente através da realização de espetáculos de particular qualidade. A Contracanto tem apresentado uma oferta de qualidade, pelo que o Partido Social Democrata apenas tem de dizer se é a favor ou contra este tipo de apoios e apresentar uma proposta do que considera ser justo para ser atribuído a cada umas das associações e quais os critérios que presidem a essa distribuição. É importante ter um papel construtivo, pelo que reafirmou que quem suscita as questões, deve apresentar uma proposta de atribuição e distribuição de subsídios. Se o Partido Socialista estiver de acordo, tudo bem, se não estiver o Partido Social Democrata tem de compreender que quem foi sufragado e ganhou as eleições é quem, efetivamente, tem o poder último para decidir. Relativamente à intervenção do membro Diego Garcia, começou por dizer que, por vezes, a ata de uma reunião ou sessão, não consegue traduzir aquilo que foi passado, o que, no caso, poderá ter acontecido e poderá ter contribuído para a interpretação feita pelo membro da Assembleia Municipal que não esteve presente na última sessão da Assembleia Municipal. Clarificou que o que foi dito foi a título exemplificativo, de que existem muitas outras substâncias, com inclusão em produtos alimentares, que também podem afetar a saúde e o bem-estar das pessoas. Na mesma perspetiva, o uso de herbicidas também pode contribuir para essa situação nefasta, quando, por exemplo, existe uma utilização indevida. Aproveitou para dar a conhecer, que no âmbito de pesquisas feitas, teve acesso a vários estudos sobre a matéria em que todos eles apontam que não existe um risco direto para a saúde, o mesmo acontecendo em relação ao glifosato. Os riscos a existirem, são indiretos. Assim, as conclusões apontam ser pouco provável que haja riscos para a saúde humana através da dieta alimentar. Prosseguiu a sua intervenção, afirmando que todos deveriam evitar o uso de herbicidas e procurar melhores soluções alternativas, desde que sustentáveis financeiramente e com provas dadas. Não poderia deixar passar em claro,



no entanto, a aparência de que o Bloco de Esquerda é o baluarte da saúde humana e os outros partidos políticos são contra a saúde humana. Disse não aceitar tal ideia. O Partido Socialista estará solidário com todos os tipos de iniciativas, mesmo não havendo risco direto para a saúde pública, desde que as alternativas se mostrem credíveis e exequíveis financeiramente. Concluiu a sua intervenção para, em relação à votação das atas e à intervenção do membro Casimiro Loureiro, informar que as pessoas não presentes nas reuniões ou sessões não devem votar as atas respetivas, conforme determina o número três do artigo trigésimo quarto do Código do Procedimento Administrativo. _____

_____Esgotadas as inscrições para uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para responder às questões suscitadas. —

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Após a apresentação de cumprimentos, informou que iria tentar responder às questões colocadas. Ao membro Manuel Santos, respondeu que provavelmente teria andado distraído, porquanto o processo de construção das casas se encontrava em curso e que não iria acontecer o que aconteceu noutros concelhos, como foi o caso de Pedrógão, veiculado na comunicação social, comparação que o tinha desagradado. Das trinta e duas casas ardidas, apenas cinco se encontravam naquela data em empreitadas de construção, todas elas dentro do plano de reconstrução aprovado. No que dizia respeito às faixas de contenção e ao referir que também era seu desejo que todas já estivessem concluídas, informou que tal não foi exequível, porquanto os recursos humanos locais são poucos, não existem e apenas uma equipa da Associação de Produtores Florestais do Planalto Beirão se encontra a fazer tal trabalho, há já alguns meses. Disse ter começado propositadamente pela parte verde do Concelho, na medida em que sobre a parte ardida já nada poderia ser feito no imediato. Deu nota de que no documento da revisão existe um reforço de verbas



destinado à recolha de sobrantes e transporte a depósito, na medida em que, os proprietários, não aderiram tal como se esperava, não recolhendo lenhas e sobrantes, tendo sido necessário contratar serviços externos para esse fim. Disse ter tentado contactar outras empresas de limpeza, mas nenhuma se mostrou disponível. Aproveitou para afirmar que o trabalho de realização das faixas de contenção vai ter de ser continuada por anos vindouros, na medida em que a vegetação cresce de forma exponencial de um ano para o outro. Quanto ao pagamento das quotas e das contribuições para a caixa de previdência dos Advogados e Solicitadores da Jurista, trabalhadora da Câmara Municipal, informou não ser possível equiparar a jurista aos engenheiros. Saliu que o problema não existe enquanto Jurista, mas sim de Advogada e é nesta qualidade que o pagamento das quotas e das contribuições se tornam necessários. Assim, a Jurista tem como função estudar processos, emitir pareceres, mas em caso de defesa de processos em tribunal e até para reconhecimento de assinaturas, não é a Jurista mas sim a Advogada que o tem de fazer e para o fazer tem de estar inscrita na Ordem dos Advogados e, por conseguinte, pagar as quotas e as contribuições para a respetiva caixa. Informou que previamente à decisão da Câmara Municipal, aprovada por maioria com uma abstenção, tinha pedido uma reunião em Coimbra, na Comissão de Coordenação da Região Centro, aconselhando-se com a Dr.^a Maria José Castanheira Neves, sabendo de pareceres favoráveis de outras comissões de coordenação e de câmaras municipais e outros serviços da Administração Central que deram luz verde a esses pagamentos, com fundamento no interesse público a prosseguir e pelo facto da técnica se encontrar em exclusividade para o município de Carregal do Sal, o que não acontece com os engenheiros. A trabalhadora, no exercício de advocacia, fá-lo no regime de exclusividade para o Município. Concluiu, dizendo que uma de duas opções se colocaram: a Câmara Municipal ter uma Jurista para fazer



CARREGAL DO SAL

Livro 13

Fl. 67

estudos e emitir pareceres ou ter também a Advogada para a representar em Tribunal, fazer reconhecimentos de assinaturas quando necessário. Salientou que caso seja necessário recorrer a serviços externos de advocacia, provavelmente, num só processo, os encargos a pagar serão bem mais onerosos do que o pagamento de um ou dois anos de quotas para a Ordem e das contribuições para a respetiva Caixa de Previdência. Exemplificou com o pagamento recente feito a um advogado, no âmbito de um processo concluído, em que o Município de Carregal do Sal era parte. _____

_____Ao membro Casimiro Loureiro respondeu que desde que faz parte da Câmara Municipal, o trabalho dos fiscais da feira sempre fora feito daquela maneira e não tinha recebido indicações ou queixas dos mesmos. Além de que as cobranças do terrado das feiras são, em regra, feitas nos serviços dos Paços do Concelho, tendo os trabalhadores como funções principais ordenar a ocupação dos terrados das feiras e orientar os feirantes. A colocação de uma estrutura na feira dos Carvalhais, acabaria por se mostrar inapropriada, na medida em que era expectável que, passadas algumas horas sobre a sua colocação, a mesma iria ser vandalizada, já que acontecendo isso na Vila de Carregal do Sal, por maioria de razões aconteceria num sítio isolado como eram os Carvalhais. Prosseguiu, referindo que não iria discutir o tema da descentralização, até porque sobre o mesmo já tinham sido dados muitos esclarecimentos, quer pelo Presidente da Assembleia Municipal, quer pelo membro Paulo Catalino. Evidenciou, no entanto, de que na sua presidência, nunca iriam acontecer acordos lesivos dos interesses do Concelho e dos munícipes, exemplificando um, referente à criação do Julgado de Paz, que engloba o agrupamento de Carregal do Sal, Nelas e Mangualde, com muito mais processos destes concelhos do que do de Carregal do Sal, mas que quem paga as despesas todas de funcionários, água, luz, fotocópias, correio é a Câmara Municipal de Carregal do Sal, não tendo como contrapartida qualquer receita. Mudando



de assunto, concordou que o Relatório do Estatuto de Oposição tinha sido enviado tardiamente, mas que tinha sido utilizado, na sua elaboração, o mesmo método de documentos anteriores, tudo tendo sido feito da mesma maneira e em mandatos anteriores este assunto não mereceu qualquer reparo. No entanto, disse estar disponível para receber contributos dos partidos políticos para a elaboração do citado Relatório, porquanto o timbre desta Câmara Municipal é pautar a sua conduta pela transparência e não esconder o que quer que seja. _____

_____ Ao membro Manuela Campos respondeu que estava enganada na análise que tinha feito aos preços da água. Apesar de não ter, de momento, todos os dados, tinha de memória que no primeiro escalão havia uma poupança de vinte por cento; no segundo escalão uma poupança na ordem do catorze a quinze por cento; no terceiro escalão também havia poupança; e só a partir do quarto escalão é que se verificavam aumentos. Estes aumentos eram uma imposição da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, de modo a que fosse promovida a poupança de água. Foi retirada a sobretaxa que os consumidores pagavam na fatura da água. Por outro lado, a fatura ser a sessenta ou a trinta dias não resulta em prejuízo para os contribuintes, na medida em que as contas são feitas em função da periodicidade mensal. Quanto aos subsídios à Contracanto afirmou que, de uma vez por todas, teria de haver franqueza e frontalidade. A Câmara Municipal tinha um método de atribuição e distribuição de subsídios, cuja atribuição no corrente ano não se encontrava concluída, devido ao atraso de algumas associações na entrega de documentação, apesar da insistência que é feita. Todavia, a decisão final sobre os subsídios era feita em reunião de Câmara Municipal, tendo sido o que aconteceu com a Contracanto. O que estava em causa era se o Carregal do Sal quer continuar a ter os espetáculos, de muita qualidade, que mobiliza gentes de outros Concelhos, que participa em programas de televisão referindo o

Concelho de Carregal do Sal, ou se ao invés não o pretende e é intenção acabar com tudo isto. Os apoios prestados à Contracanto tiveram a ver diretamente com o musical sobre Aristides de Sousa Mendes, no montante de dez mil euros e mais dois mil e quinhentos euros para apoio na contratação de artistas profissionais, no âmbito de um outro musical. Todavia, reafirmou que se a digníssima Assembleia Municipal entender que não quer os espetáculos da Contracanto e que esta deve sair do Concelho, que o aprove expressamente. É verdade que a associação está sediada em Lapa do Lobo, do município de Nelas, porque na altura a Câmara Municipal de Carregal do Sal não tinha, ao nível de instalações, condições para oferecer. Recordou que há Câmaras Municipais que gastam fortunas neste tipo de espetáculos e a Assembleia Municipal estava a discutir pormenores e encargos pouco significativos, face à qualidade dos espetáculos em questão. Quanto à listagem dos subsídios a mesma foi feita pela Divisão Financeira e Património, no cumprimento da legislação em vigor. _____

_____Ao membro António Batista informou que os ecopontos estiveram cheios nos dezanove municípios, não foi no de Carregal do Sal, o mesmo também aconteceu em municípios como o de Lisboa e teve a ver com um pico de produção de resíduos sólidos urbanos. No que diz respeito à ação e obrigação da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, o assunto em breve estará resolvido, porquanto já foram adquiridos, após obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas em data recente, vinte e duas viaturas para resolver a recolha seletiva. Os ecopontos não estão ultrapassados e na Vila Sede, em breve, vão ser colocados alguns ecopontos enterrados, substituindo os existentes, não sendo possível fazê-lo, lamentavelmente, em todo o Concelho. Os ecopontos são em número suficiente, existindo, de momento, apenas o problema da recolha, que deverá estar resolvida a partir de janeiro ou fevereiro do próximo ano. No concernente ao Regulamento do Parque Alzira Cláudio, informou que o mesmo estava

a ser estudado e compilado, de modo a que, oportunamente, possa ser apresentado. Ainda assim e porque passa todos os dias em frente ao Parque Alzira Cláudio, nenhum trabalhador lhe fez qualquer queixa de ofensas por parte dos utentes do mesmo. —————

————— Ao membro Diego Garcia informou que a Câmara Municipal tem estado atenta e tudo está a ser feito em prol da saúde e do bem-estar das pessoas, tendo, no que às limpezas diz respeito, mostrado um catálogo de uma máquina para o efeito pretendido, existindo algumas questões por responder relativamente ao seu funcionamento e eficácia.

————— *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Após apresentação de cumprimentos, deu esclarecimentos referentes ao edital da publicitação de subsídios, referindo que o mesmo cumpre um requisito legal e que tem a ver com os benefícios dados a entidades particulares no ano de dois mil e dezassete. No que diz respeito à situação das cantinas escolares, informou que a Câmara Municipal não tem qualquer incumbência sobre as mesmas e o que a Câmara Municipal sabe é de que as mesmas vão ser concessionadas a partir de outubro próximo no âmbito das competências e política seguida pelas respetivas instâncias governamentais. Quanto à contratação de uma arquiteta, no regime de prestação de serviços, afirmou não existir qualquer incoerência, pois a Câmara Municipal definiu as necessidades que considerava permanentes, entendeu que o posto de trabalho de arquiteta não o era e que face à saída da técnica superior que estava ao serviço da Câmara Municipal, no regime de avença, já tinham sido promovidas diligências para a realização de um novo contrato com outra técnica superior. —————

————— O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar sobre o tempo gasto pelos partidos políticos e, de seguida, deu a palavra aos membros da Assembleia Municipal para novo período de intervenções. —————

————— *Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos* – Usou da palavra para afirmar que não era contra a permanência da Contracanto no Concelho nem era contra os apoios

dados a esta associação. A sua intervenção tinha surgido na sequência da informação que lhes tinha sido fornecida, nomeadamente de que os apoios eram para as associações do Concelho. Reiterou não ser contra quaisquer apoios a prestar às associações. O que gostaria de ver, era serem atribuídos mais apoios às associações que têm um papel importante na divulgação da cultura e de outros valores no Concelho. Deu como exemplo uma associação que foi galardoada no último Feriado Municipal e que tem um subsídio pouco expressivo. Concluiu a sua intervenção, referindo que a listagem era pública, continha algumas associações e alguns apoios e a questão que pretendeu colocar foi no sentido de saber se não deveriam lá estar todas as associações e todos os apoios.

——— *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra, para se dirigir ao Presidente da Assembleia Municipal e afirmar que a competência da elaboração das atas é da responsabilidade exclusiva do secretariado. Prosseguiu, respondendo ao membro Paulo Catalino, para referir que sobre a lei das transferências de competências não fez críticas, apenas fez alertas, porque nada estava em vigor. A lei é de tal forma redonda que dá para tudo e não dá para nada. Disse ter alertado, de facto, no sentido de que municípios pequenos poderiam ter alguma dificuldade na assunção das responsabilidades da descentralização, seja por si, seja pela via das comunidades intermunicipais, referindo ter dúvidas sobre se a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões teria capacidades instaladas para a assunção das respetivas responsabilidades. Relativamente ao Edital dos subsídios, questionou a Câmara Municipal e o seu Presidente, no sentido de saber porque é que esse Edital não verte na íntegra o mapa anterior de abril de dois mil e dezoito.

——— *Manuel António Tavares Santos* – Usou da palavra para agradecer as respostas dadas pelo Presidente da Câmara Municipal. Disse que quando a bancada do Partido




Social Democrata coloca questões é para obter respostas. Quanto à alusão de que andava distraído, referiu que ele, a bancada do Partido Social Democrata e os munícipes não andavam distraídos. Era sabido que nem todas as candidaturas das casas tinham sido contempladas e se colocavam as questões é porque queriam o bem dos munícipes. Concluiu, referindo não ter sido sua intenção comparar o que se passou em Pedrógão com Carregal do Sal, pelo que se foi essa a perceção do Presidente da Câmara, desde já pedia desculpas. _____

_____O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para exercer o seu direito de resposta. _____

_____ *Vice-Presidente da Câmara* – Usou da palavra para dar explicações sobre o tema dos subsídios, salientando que a lei número sessenta e quatro barra dois mil e treze, apenas impõe a obrigatoriedade de publicitação, quando a entidade particular beneficiária atinge determinado valor, razão pela qual nem todos os valores constam do citado Edital, cuja elaboração é da inteira responsabilidade da Divisão Financeira e Património. Além disso a situação em causa não era nova, era recorrente e já tinha acontecido em anos anteriores e nesses anos nada tinha sido suscitado. _____

_____O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à primeira Secretária para responder à questão levantada sobre a elaboração das atas. _____

_____ *Ana Isabel Abrantes Ribeiro* – Após a apresentação de cumprimentos, referiu que a responsabilidade da elaboração das atas era da Mesa, nomeadamente das Secretárias, não admitindo que se façam quaisquer referências de que nada faz. Não podendo deixar de agradecer o apoio imprescindível e indiscutível do chefe de divisão, António Ribeiro, na sua elaboração das mesmas. Esclareceu ainda sobre o pagamento das quotas para a Ordem dos Advogados e das contribuições para a respetiva Caixa de Previdência, por parte da trabalhadora da Câmara Municipal, que é de alguma monta e



que tais descontos são obrigatórios para o exercício da advocacia que no caso é exercido em regime de exclusividade. _____

_____O Presidente da Assembleia Municipal reafirmou e esclareceu eventuais dúvidas que ainda pudessem permanecer, no sentido de que, na elaboração da ata, a Mesa acompanha todos os seus passos e que conta com o prestimoso apoio dos serviços da Câmara Municipal. _____ ~

_____De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, colocou em votação a admissão do Voto de Congratulação apresentado pelo Bloco de Esquerda e transcrito nesta ata. A sua admissão foi aprovada por unanimidade. _____

_____Como nenhum membro da Assembleia Municipal quis debater o Voto de Congratulação, o mesmo foi colocado em votação, tendo merecido o seguinte resultado:

_____Contra – 0 (zero) votos; _____

_____A favor – 4 (quatro) votos de Diego Garcia, Nuno Seabra, Isabel Teixeira e Ana Isabel. – _____

_____Abstenções – 16 (dezassexis) votos dos restantes membros. _____

_____O Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de antes da ordem do dia. _____

_____ **ORDEM DO DIA** _____

_____ **2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA** _____

_____APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. _____

_____O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à informação escrita acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c)

do número dois, do artigo vigésimo quinto, do anexo à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ *Vice-Presidente da Câmara* – Com o recurso a um *power point* elaborado, apresentou o documento que tinha sido previamente distribuído, como documento de apoio ao ponto em análise. _____

_____ Não tendo sido registadas quaisquer inscrições para debate deste ponto, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da ordem do dia. —


_____ **3. MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO** _____

_____ **3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE 2018. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para que esta pudesse apresentar e justificar o ponto em análise, referente à Modificação ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – terceira revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do ano de dois mil e dezoito. _____

_____ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para justificar e fundamentar a proposta apresentada, referindo que a mesma assentava essencialmente na inscrição de dois novos projetos, um deles com previsão de comparticipação financeira, Ser Carregal e o outro a Requalificação da entrada a Sul da Vila, oportunamente decidida em reunião da Câmara Municipal. _____

_____ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para afirmar que estranhava por ser a terceira revisão apresentada, referindo que não se compreendia muito bem o projeto Ser Carregal, face à sua não quantificação. Afirmou que a bancada do Partido Social Democrata se tinha absterido na última revisão, em nome dos projetos da preservação do ambiente e das linhas de água. Esta terceira revisão vai retirar verbas adstritas à construção das ETAR e aos apoios sociais, pelo que os projetos inscritos



eram supérfluos face á necessidade de aposta noutras prioridades, porquanto, por exemplo, o ambiente deveria ser preservado a todo o custo. Para quem anunciou que de facto a resolução das ETAR era uma prioridade, constituindo uma promessa eleitoral, não se compreendia muito bem como é que se continuava a retirar dinheiro que estava adstrito às ETAR. Para além disso e de acordo com as palavras do Presidente, a Câmara Municipal vai ter necessidade de recorrer a financiamento bancário para a construção de uma ETAR. Por tais factos, a bancada do Partido Social Democrata era contra a proposta de revisão apresentada. _____

_____ *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para afirmar que a sua visão e a da bancada do Partido Socialista não é a do Partido Social Democrata. Não obstante se estar em presença da terceira revisão, referiu que a bancada do Partido Socialista iria votar todas as revisões que fossem necessárias e que visassem trazer valor acrescentado ao Concelho. No caso em apreço existia essa oportunidade, ao serem incluídas várias iniciativas potenciadoras de alavancar o turismo e a cultura, com o desenvolvimento de ações importantes para o Concelho. Lançou, inclusive, o repto de serem apresentadas, por parte dos membros da Assembleia Municipal, propostas que possam vir a acrescentar a candidatura do Executivo Camarário. Havia todo o interesse. Afirmou que a priorização deste ponto de rubrica em detrimento dos valores orçamentados para as ETAR, não representava nenhum revés nem incoerência, pois era do conhecimento geral que estavam em curso os procedimentos para a construção de uma ETAR, indo ao encontro do compromisso assumido na campanha eleitoral do Presidente da Câmara e do Partido Socialista, sendo certo que a prioridade será a construção de todas as ETAR do Concelho. E, tal como foi dito na última sessão da Assembleia Municipal, as restantes ETAR vão ser realizadas no âmbito de uma solução alternativa, supramunicipal, fazendo parte de um pacote de ETAR de cinco municípios.

Por essa razão, disse não fazer sentido cativar verbas para outras ETAR que vão ser construídas num âmbito supramunicipal, prejudicando a sua canalização para os projetos que também são de capital importância para o desenvolvimento do Concelho. Concluiu, referindo que com esta postura, não existe falta de priorização, mas tão só a adoção de uma gestão contabilística sem beliscar em nada o compromisso do Partido Socialista e de toda a sua equipa, decorrente de promessas eleitorais e que têm a ver com a construção de todas as ETAR necessárias ao Concelho. Relembrou que uma ETAR vai ser construída sob a alçada da Câmara Municipal e as restantes serão num âmbito supramunicipal, sob a alçada de uma empresa intermunicipal que se encontra a ser constituída.

—O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para exercer o seu direito de resposta.

—*Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para afirmar que quando em abril informou que a Câmara Municipal teria de fazer um empréstimo bancário, fê-lo no pressuposto de que seria a Câmara Municipal a construir todas as ETAR. Como as coisas evoluíram e vai ser constituída uma empresa intermunicipal, designada por EIMAR, envolvendo cinco municípios, visando a candidatura das ETAR desses municípios, provavelmente irá ser a empresa a recorrer ao empréstimo bancário. Contudo, o trabalho tem vindo a ser feito, junto da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e do Tribunal de Contas, necessário à constituição da empresa que vai ser a responsável pela construção das ETAR. Salientou que esta foi a razão de se estar a descativar a verba afeta às outras ETAR. Relativamente às zonas ribeirinhas informou ter sido feito um protocolo com a Agência Portuguesa do Ambiente no montante de cento e vinte mil euros e que o procedimento tinha ficado deserto, por os preços serem baixos, tendo acontecido o mesmo com a empreitada de construção das



Rua do Campo de Futebol, em Carregal do Sal, em que apesar do Vice-Presidente ter dito que se encontrava em análise, o procedimento tinha ficado deserto. _____

_____ *Vice-Presidente da Câmara* – Usou da palavra para informar que a informação escrita se reportava a espaço temporal determinado (trinta e um de agosto) e o que o Presidente da Câmara Municipal tinha dito acontecera em data bem mais recente. _____

_____ Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal informou que iria colocar em votação este ponto, tendo-se registado o seguinte resultado: _____

_____ Contra – 5 (cinco) votos; _____

_____ Abstenções – 1 (um) votos; _____

_____ A favor – 14 (catorze) votos. _____

_____ A Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com cinco votos contra dos membros Manuel Santos, Casimiro Loureiro, António Batista, Elisabeta Caldeira e Manuela Campos, um voto de abstenção do membro Alípio Lopes e catorze votos a favor dos restantes membros da Assembleia Municipal, a terceira Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do ano de dois mil e dezoito, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria.

_____ A bancada do Partido Social Democrata apresentou declaração de voto, nos seguintes termos: _____

_____ “DECLARAÇÃO DE VOTO _____

_____ A Bancada do PSD da Assembleia Municipal de Carregal do Sal, relativamente à Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do ano de 2018 (a terceira), discorda que, mais uma vez, a Câmara Municipal venha retirar verbas que se encontravam adstritas às ETARs, cuja informação em 30-09-2017 era de que o financiamento estava todo assegurado e, posteriormente na Assembleia Municipal de 27-04-2018, veio o Senhor Presidente da Câmara informar esta Assembleia de que seria

necessário recorrer a empréstimo bancário para a sua concretização. Ora, com mais esta alteração orçamental, o que se constata, é uma redução da capacidade financeira da Autarquia para fazer face à quota parte que é indispensável para a construção das ETARs, bem como uma redução da verba destinada a apoios sociais, optando-se por efetuar uma obra que, na contextura atual, é perfeitamente supérflua. _____

_____A abstenção da Bancada do PSD na 2.^a revisão orçamental, deveu-se exclusivamente, como na altura foi referido, ao facto da mesma se destinar a preservar as linhas de água, logo o meio ambiente. _____

_____Pelos factos elencadas a Bancada do PSD vota contra, atendendo às contradições elencadas.” _____

_____4. COMPROMISSOS PLURIANUAIS_____

_____EMPREITADA DE RESTRUTURAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE CARREGAL DO SAL – SUBSISTEMA DE CURRELOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para que esta pudesse apresentar e justificar o ponto em análise, referente a Compromissos Plurianuais – Empreitada de Restruturação dos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais do Concelho de Carregal do Sal – Subsistema de Currelos. _____

_____ *Presidente da Câmara* – Usou da palavra para justificar e apresentar este ponto da ordem do dia e que visa antecipar o pedido que, necessariamente, o Tribunal de Contas irá fazer aquando da apreciação prévia do respetivo contrato de empreitada, face à previsão de encargos orçamentais em mais de um ano económico. _____

_____ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para afirmar que a bancada do Partido Social Democrata nada tinha a opor quanto à assunção dos encargos orçamentais repartidos. Colocou, no entanto, uma questão direta ao Executivo

Camarário, no sentido de saber qual a razão de ter havido uma prorrogação do prazo para apresentação de propostas em relação ao inicialmente previsto. Salientou a demora processual já que tendo começado em janeiro, o processo estava agora a ser ultimado. _____

——— *Presidente da Câmara* – Usou da palavra para informar que os empreiteiros concorrentes solicitaram informações, apresentaram erros e omissões, tendo havido necessidade de prorrogar os prazos. Descreveu os passos inerentes a este tipo de procedimentos que são, por natureza, demorados. _____

——— *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para agradecer as explicações dadas, referindo que a bancada do Partido Social Democrata se encontrava satisfeita com as mesmas, salientando que as explicações dadas o deveriam ter sido no início da discussão do ponto em análise. _____

——— Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal informou que iria colocar em votação este ponto, tendo-se registado o seguinte resultado: unanimidade. _____

——— A Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade dos membros da Assembleia Municipal o pedido de autorização formulado pela Câmara Municipal, para a assunção de compromissos plurianuais, da empreitada de Restruturação dos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais do Concelho de Carregal do Sal – Subsistema de Currelos, durante os anos dois mil e dezoito a dois mil e vinte, no âmbito das disposições da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e demais legislação aplicável, nomeadamente as respetivas disposições da Lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, Decreto-lei número cento e vinte e sete barra dois mil e doze, de vinte e um de junho e das disposições em vigor do Decreto-Lei número cento e noventa e sete barra noventa e

nove, de oito de junho (represtinado pela Resolução número oitenta e seis barra dois mil e onze, de onze de abril), cuja documentação vai ser arquivada em pasta própria.-A bancada do Partido Social Democrata apresentou declaração de voto, nos seguintes termos: _____

_____“DECLARAÇÃO DE VOTO _____

_____A Bancada do PSD da Assembleia Municipal de Carregal do Sal, relativamente ao Ponto 4 – Compromissos Plurianuais – Empreitada de Reestruturação dos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais do Concelho de Carregal do Sal – Subsistema de Currelos, lamenta que as promessas efetuadas em campanha eleitoral não estejam a ser cumpridas pelo PS, nomeadamente o número de ETARs e os respetivos concursos, sendo a realidade apenas um concurso, a que corresponde uma ETAR, bem como o atraso do decurso do mesmo, nomeadamente o seu prolongamento de prazo. _____

_____ A coerência de voto tendo em conta os munícipes, a proteção do ambiente e saúde pública, leva a bancada do PSD a votar favoravelmente esta proposta, apesar da mesma ser pouquinho comparativamente ao que foi prometido e que faz parte do programa do PS.” _____

_____5. MAPA DE PESSOAL _____

_____3.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2018. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para que esta pudesse apresentar e justificar o ponto em análise, referente ao Mapa de Pessoal – terceira alteração ao Mapa de Pessoal do ano de dois mil e dezoito. _____

_____ *Vice-Presidente da Câmara* – Usou da palavra para apresentar o documento que tinha sido previamente distribuído, como documento de apoio ao ponto em análise, salientando que a alteração tinha a ver, essencialmente, com a criação de dois postos

de trabalho referentes à vigilância humana (dois assistentes técnicos) e um outro com a criação de um posto de trabalho na área florestal (técnico superior em Engenharia Florestal).

— Não tendo sido registado quaisquer inscrições para debate, o Presidente da Assembleia Municipal informou que iria colocar em votação este ponto, tendo-se registado o seguinte resultado: unanimidade.

— A Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade dos membros da Assembleia Municipal, a terceira Alteração ao Mapa de Pessoal do Ano de dois mil e dezoito, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria.

— A bancada do Partido Social Democrata apresentou declaração de voto, nos seguintes termos:

— “DECLARAÇÃO DE VOTO

— A Bancada do PSD da Assembleia Municipal de Carregal do Sal, relativamente ao Ponto 5 – Mapa de Pessoal do ano de 2018, vota favoravelmente, atento o respeito que sempre teve com os trabalhadores do Município e a necessidade de valorizar os mesmos, incentivando-os na prossecução das suas tarefas, por forma a que a rentabilidade seja uma mais valia para os Municípios.”

— **6. SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS**

— ADENDA AOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADOS ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES E OS MUNICÍPIOS SEUS ASSOCIADOS, NO ÂMBITO DO RJSPTP (REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS) – MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

— O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para


que esta pudesse apresentar e justificar o ponto em análise, referente ao Serviço Público de Transportes de Passageiros – Adenda aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências celebrados entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e os Municípios seus associados, no âmbito do RJSPTP (Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros) – Município de Carregal do Sal. ———

——— *Vice-Presidente da Câmara* – Usou da palavra para apresentar e fundamentar este ponto da ordem do dia, pormenorizando e dando as explicações adequadas à boa compreensão do tema em análise, salientando as fases do procedimento e as diligências já tomadas, algumas conclusões havidas no que diz respeito aos transportes escolares. Salientou que as pretensões do Município e que estão colocadas superiormente é a da manutenção de todos os serviços existentes, à mercê do Município em tempo de aulas, extensíveis aos trezentos e sessenta e cinco dias do ano. Concluiu, referindo que o que agora estava em causa era uma adenda ao contrato que já tinha sido aprovado. —————

——— O Presidente da Assembleia Municipal declarou aceitar inscrições para debate.

——— *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para mencionar que a bancada do Partido Social Democrata lamentava que a informação cedida fosse tão insípida e tão generalista. Afirmou que se se irão manter as carreiras atuais, tal como o Vice-Presidente da Câmara referiu, por que razão é que essa informação não foi fornecida atempadamente às bancadas. No entanto, e porque o que estava em causa era uma adenda ao contrato que, no entendimento da bancada, mais parecia uma parceria público privada, como não havia garantia escrita de que se vão manter os atuais transportes, nomeadamente ao nível dos estudantes, a bancada do Partido Social Democrata não passava cheques em branco e iria votar contra. —————

——— *Vice-Presidente da Câmara* – Usou da palavra para afirmar que tal como o



membro Casimiro Loureiro dissera o que estava em causa é apenas a votação de uma adenda ao contrato de transferência de competências aprovado anteriormente. Referiu que, na sua intervenção, não tinha dado garantias de que os atuais serviços se manteriam, mas sim de que as pretensões do Município de Carregal do Sal, referente a essa manutenção estavam em apreciação pelo Tribunal de Contas. Mas isso é um assunto para uma fase posterior, porquanto, reafirmou, o que estava em causa era a votação de uma adenda ao contrato de transferência de competências. Terminou, mencionado que tinha tentado dar uma explicação mais pormenorizada e como diz o ditado “é-se preso por ter cão e por não ter”. _____

_____ Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo obtido o seguinte resultado: _____

_____ Contra – 5 (cinco) votos; _____

_____ Abstenção – 1 (um) voto; _____

_____ A favor – 14 (catorze) votos. _____

_____ A Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria com cinco votos contra dos membros Manuel Santos, Casimiro Loureiro, António Batista, Elisabeta Caldeira e Manuela Campos, um voto de abstenção do membro Diego Garcia e catorze votos a favor dos restantes membros da Assembleia Municipal, a adenda/aditamento ao Contrato Interadministrativos de Delegação de Competências celebrado entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e o Município de Carregal do Sal, no âmbito do RJSPTP – Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____ Apesar do membro Casimiro Loureiro ter informado que o membro Paulo Catalino tinha requerido à mesa um ponto de ordem, com a anuência deste, apresentou

a declaração de voto da bancada do Partido Social Democrata nos seguintes termos:—

———“DECLARAÇÃO DE VOTO —————

———A Bancada do PSD da Assembleia Municipal de Carregal do Sal, relativamente ao Ponto 6 – Serviço Público de Transporte de Passageiros, dada a falta de objetivação plena da adenda contratual, nomeadamente os horários, a gestão e a morosidade no transporte dos alunos, por várias vezes referidos nesta Assembleia, e parafraseando o Senhor Vice-Presidente da Câmara, perante propostas concretas relativamente aos transportes, “é assim vai continuar e se não for para ficar pior”.—————

———Porque não se garante que, pelo menos, o atual sistema de transporte escolar se vá manter no futuro, e porque esta adenda parece ser uma Parceria Público-Privada, a Bancada do PSD não passe “cheques em branco” e pelos motivos expostos vota contra.” - —————

———*Vice-Presidente da Câmara* – Usou da palavra para lamentar a declaração de voto apresentada pelo Partido Social Democrata, nomeadamente por confundir uma adenda de um contrato de delegação de competências já aprovado, com horários, sistemas de transportes e outras questões. Disse lamentar sinceramente o comportamento da bancada do Partido Social Democrata. Deu a conhecer, inclusive, um desabafo de um Presidente de Câmara de um município vizinho, do Partido Social Democrata, que em data recente referiu que o que estava a ser aprovado era, “situação caricata”, uma parceria público privada, mas que o era em todos os municípios da região da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão-Lafões, independentemente da cor política dos respetivos gestores políticos. No seu entender, a posição tomada demonstra a objetiva claramente política. Ainda assim, recordou que este processo resulta de uma diretiva europeia, transposta para a legislação nacional por um governo do Partido Social Democrata, que não lhe deu a continuidade devida e foi já no governo do Partido



Socialista que lhe foi dada continuidade. Reafirmou, no entanto, que o que estava em causa era tão só a votação de uma adenda a um contrato de delegação de competências anteriormente aprovado. _____

——— *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para afirmar que tinha solicitado um ponto de ordem à Mesa e ao ser pedido este ganha preferência sobre outras intervenções, até porque o desenvolvimento do mesmo pode inclusive alterar eventuais sentidos de voto. Pedia para que de futuro fosse cumprido o regimento. No entanto, o que estava em causa era o facto de se verificar que, por repetição, o Partido Social Democrata plasmava na sua declaração de voto o que dizia na sua legítima intervenção, nada acrescentando a essa mesma intervenção. A declaração de voto era igual à intervenção sobre o ponto. Disse que esta atitude era uma redundância, não trazia nada de novo e não acrescentava nada. Se há um voto a favor ou contra, a bancada do Partido Social Democrata tem oportunidade de o expressar, e tem-no feito muito bem, em termos democráticos. A declaração de voto deveria ser evitada a bem dos trabalhos, pois se assim continuasse mais parecia uma passagem de modelos. _____

——— *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Dirigindo-se ao Vice-Presidente da Câmara afirmou que se tivesse sido prestada a informação atempadamente poderia ter evitado o sentido de voto. Quanto à intervenção do membro Paulo Catalino, disse que era óbvio que a disponibilização tardia dos projetos de ata, eivados de um subjetivismo e de omissões significativas, obrigam à audição das gravações áudio e a que a bancada do Partido Social Democrata apresente as citadas declarações de voto. _____

——— *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Respondeu ao membro Casimiro Loureiro para referir que quando é feito o projeto de ata, o mesmo é enviado a todos os membros e é do seu conhecimento de que não houve até à presente data qualquer recusa às propostas de alteração. Reiterou que no seu entendimento a apresentação de

declaração de voto era duplicação de trabalho completamente desnecessário. Contudo reconhecia que a postura da bancada do Partido Social Democrata demonstrava trabalho político, que apraz registar, mas tais sinergias deveriam ser canalizadas para um trabalho mais produtivo.

7. TARIFÁRIOS DE ÁGUAS RESIDUAIS

PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE O TARIFÁRIO 2019 – ÁGUAS RESIDUAIS. APRECIAÇÃO E CONTRIBUTOS.

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para que esta pudesse apresentar e justificar o ponto em análise, referente aos Tarifários de Águas Residuais – Proposta da Câmara Municipal sobre o Tarifário 2019 – Águas Residuais.

Vice-Presidente da Câmara – Usou da palavra para justificar e apresentar este ponto da ordem do dia, salientando que era timbre da Câmara Municipal solicitar contributos da Assembleia Municipal, previamente à aprovação final. Evidenciou que os pedidos de contributo dizem respeito apenas às águas residuais e não aos resíduos sólidos urbanos por, finalmente, se ter chegado à conclusão de que essa competência pertence à Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, que já se encontra a elaborar um tarifário comum aos dezanove municípios. Referiu, ainda, que o tarifário de águas residuais que vier a ser consensualizado poderá não vir a ser inserido na plataforma da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos até à data limite de quinze de outubro, mas se o for, pode não vir a ser aplicado, face à previsão próxima de constituição da empresa intermunicipal EIMAR a abranger os municípios de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela e à necessidade de esta empresa constituir um tarifário comum, cujos valores serão balizados, em princípio, pelos valores cobrados em Tondela, por serem atualmente os mais elevados. Os valores que vierem



a ser encontrados são visados previamente pelo Tribunal de Contas. A empresa intermunicipal passará a fazer a gestão do serviço. A proposta em análise foi trabalhada e consensualizada em reunião de Câmara Municipal, face ao documento de trabalho elaborado em conjunto com os serviços, apresentando três propostas A, B e C, em que a C era de facto a mais elevada e a que mais se aproximava do equilíbrio das receitas e das despesas. A proposta em análise não é nenhuma delas, foi consensualizada em reunião de Câmara Municipal entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata e tem como pressupostos demonstrar-se à ERSAR de que se está a proceder a atualizações. Referiu-se, também, à reformulação dos escalões que foram tidos na devida conta. Fez de seguida uma pormenorização deste assunto evidenciando que tinham sido os Vereadores do Partido Social Democrata a propor que as atualizações incidissem nos tarifários não domésticos em alternativa a uma atualização mais gravosa dos domésticos, garantindo os mesmos ganhos. _____

_____ *Presidente da Câmara* – Usou da palavra para dizer que as intervenções da bancada do Partido Social Democrata são políticas. Mas se a bancada do Partido Social Democrata estivesse deste lado, por ser constituída por pessoas inteligentes, faria o que a Câmara Municipal está a fazer. Disse compreender e aceitar a forma como atua. Informou que se fosse a Câmara Municipal a executar todas as ETAR, daqui a um ano e pouco, os municípios estariam a pagar uma quantia exorbitante ao nível dos tarifários de águas residuais. O que os Presidentes de Câmara dos cinco municípios estão a tentar é que a empresa intermunicipal, que vai ficar com a gestão do serviço, não fique com os ativos dos municípios que fazem parte da empresa e fiquem apenas com os ativos das novas ETAR. Os atuais ativos ficam nas câmaras municipais, suportando estas as amortizações. A nova empresa amortizaria apenas as novas ETAR, o que de certa forma vai permitir um alívio nos tarifários de águas residuais. Todavia, a partir de dois mil e

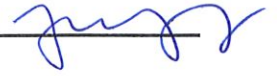
vinte, por imposição europeia, as receitas têm de cobrir as despesas. Se se conseguir chegar a bom porto com este propósito, poder-se-á ter um tarifário mais acessível. Concluiu, reafirmando que o objetivo em curso é de que serão as câmaras municipais a suportar as amortizações dos ativos atuais, por sua vez a nova empresa só amortizaria os ativos em função das novas ETAR, pois se assim não for os valores dos tarifários serão dramáticos. _____

_____ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para afirmar que a bancada do Partido Social Democrata não esperava ter tido três elogios, o que agradecia. Relativamente à proposta dos tarifários das águas residuais, que ele e todas as pessoas honestas pagam, a mesma não enquadrava as famílias numerosas e a necessidade de fixação de indústria, pelo que procedeu à leitura de uma declaração da bancada do Partido Social Democrata, a seguir transcrita: _____

_____ “DECLARAÇÃO _____

_____ A Bancada do PSD da Assembleia Municipal de Carregal do Sal, relativamente ao Ponto 7 – Tarifário 2019 - Águas Residuais, afirma que a fatura da água, nas várias componentes é demasiado elevada. _____

_____ Os pareceres que têm surgido, nomeadamente da ERSAR, bem como os valores apresentados, assentam em diversos pressupostos, nomeadamente o investimento a concretizar pelo concessionário, situação que só o Município poderá fiscalizar, mas que não tem sido visível, têm-nos dado indicação de valores inoportáveis. Acresce o fato de ser uma promessa eleitoral feita pelo PS de baixar o preço da fatura da água para todos os consumidores, e que o PSD corrobora. Ora a presente proposta não tem em conta a situação das famílias numerosas, a necessidade de fixar indústria e por esse meio, também, fomentar a fixação de emprego, a necessidade de tratamento diferenciado para as IPSS, tão úteis neste concelho. _____



———Embora reconhecendo um ligeiro desagravamento da fatura no ano de 2019 para a maioria dos consumidores, entendemos que a proposta deveria ser mais ousada e contemplar todo o universo de consumidores, por estes factos a bancada do PSD, nada tem para referir para além do plasmado”.

———*Vice-Presidente da Câmara* – Face às palavras do membro Casimiro, usou da palavra para defender a sua honra, referindo que é honesto e não paga tarifa de águas residuais por não ser abrangido pelo sistema público de abastecimento de água. Disse compreender que as palavras não seriam neste sentido, mas também entendia que deveria fazer esta ressalva. Prosseguiu, afirmando que o Partido Social Democrata em mandatos anteriores dizia que os industriais pagavam pouco, deviam ser subidas as tarifas; agora que se subiu setenta e nove cêntimos, o PSD vem dizer o contrário. Concluiu, referindo que quer se queira quer não, ter-se-ão de se subir os índices de faturação.

———*Presidente da Câmara* – Usou da palavra para também recordar as palavras proferidas naquele órgão, pelo anterior líder parlamentar do Partido Social Democrata, quando nas suas intervenções referia que já tinha avisado muitas vezes, nos mandatos anteriores, que os tarifários deveriam ser aumentados.

———O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para solicitar informação sobre qual tinha sido a taxa que tinha sido abolida e quando é que essa taxa foi aplicada e entrado em vigor, tendo sido informado que foi no ano de dois mil e sete, aquando da outorga do aditamento ao contrato de concessão.

———*Casimiro Alves Martins Loureiro* – Voltou de novo a usar da palavra para publicamente se retratar relativamente à expressão utilizada, de que só as pessoas honestas é que pagam, mencionando não ter sido sua intenção ofender quem, por impossibilidade, não é abastecido pelo sistema público, muito menos o Vice-Presidente da Câmara.

———*Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para felicitar a mudança de posição e de opinião da bancada do Partido Social Democrata, o que demonstrava perceber qual o caminho a seguir. —————

———O Presidente da Assembleia Municipal deu por apreciado este ponto da ordem do dia. – —————

———Antes de passar à leitura da minuta de deliberações, o Presidente da Assembleia Municipal reiterou o que já tinha dito de que a Mesa é a responsável pela elaboração e envio das atas, sendo que nessa elaboração conta com a participação das Secretárias e dos serviços da Câmara Municipal. Se há atrasos, a responsabilidade é da Mesa e do seu Presidente. Ainda assim, os projetos de atas são enviados com oito a quinze dias de antecedência, de modo a serem analisados e serem formuladas propostas de alteração que regra geral são sempre aceites. Os membros podem ainda recorrer às gravações áudio em caso de dúvidas. Clarificou que no seu entendimento as atas terão sempre uma componente de “subjetivismo e de omissões”. No seu entendimento, é bom que a Assembleia Municipal tenha uma componente política forte, sendo de registar, ao nível da intervenção política a postura da bancada do Partido Social Democrata. Referiu ainda, que o “subjetivismo e omissões das atas” estavam a servir de mote e de estratégia para esta bancada dizer o mesmo quando intervém na discussão e na respetiva declaração de voto. —————

———**8. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** —————

———ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. —————

———O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia e aceitou inscrições, não tendo, no entanto, sido utilizado. —————

———**APROVAÇÃO, EM MINUTA, DE DELIBERAÇÕES NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO DO ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA**



[Handwritten signature]

E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO._____

_____O Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Morgado Gomes, informou que tendo em vista a eficácia dos assuntos deliberados, pediu às Secretárias para procederem à leitura da minuta das deliberações dos pontos três, quatro, cinco e seis da ordem do dia. _____

_____Colocada em votação, decorrida votação nominal, a minuta foi aprovada por unanimidade. _____

_____ **ENCERRAMENTO.** _____

_____Esgotada a ordem do dia, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos. _____

_____E, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. _____

O Presidente da Assembleia Municipal,

[Handwritten signature of Carlos Jorge Morgado Gomes]

Carlos Jorge Morgado Gomes

A Primeira Secretária,

[Handwritten signature of Ana Isabel Abrantes Ribeiro]

Ana Isabel Abrantes Ribeiro

A Segunda Secretária,

[Handwritten signature of Isabel Clara Amaral Teixeira]

Isabel Clara Amaral Teixeira.

